

# **Um debate sobre a democracia brasileira: tradição plutocrática e perspectivas de democratização no meio de uma crise de poder e de acumulação**

Autor: Jaime Ernesto Winter Hughes León<sup>1</sup>

Submetido às sessões ordinárias

Área 5 - Estados e Nações: economia política do capitalismo contemporâneo

## **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente a questão democrática brasileira a fim de contribuir com o entendimento do atual momento de crise política e econômica. Para tanto, privilegia as discussões sobre as perspectivas democráticas no Brasil com a distensão do regime de ditadura civil-militar no fim da década de setenta. É feito o resgate das interpretações de Fernandes (1975) e de Coutinho (1979) sobre a problemática da tradição democrática no Brasil e suas imbricações com as relações de classe, políticas e econômicas, no interior do Estado brasileiro. A hipótese de trabalho é que o atual momento do capitalismo brasileiro é fruto de um movimento global de ascensão do autoritarismo, demarcado por um neoliberalismo modificado, e vem se manifestando pela via de uma nova forma autoritária de dominação, mas ainda compatível com a tradição plutocrática brasileira. Diferentemente do regime de 1964, o Estado desta forma de autoritarismo não tem o poder de conciliar os distintos interesses de classe burgueses - gerando uma disputa intestina entre as diversas frações burguesas - e tem uma falsa aparência democrática - ao pretender a manutenção das "instituições democráticas" -. Este trabalho se trata, ao mesmo tempo, de um resgate da teoria marxista de Estado e da história do pensamento marxista no Brasil.

**palavras-chave: democracia; Estado; classes; neoliberalismo; autoritarismo**

## **Abstract**

This paper aims to critically analyse the Brazilian democratic issue in order to contribute with the understanding of the current moment of economic and political crises. Thus, the paper focus on the discussions about the democratic perspectives in Brazil with the distension of the civil-military dictatorship in the late seventies. Fernandes` (1975) and Coutinho`s (1979) interpretations of the democratic tradition in Brazil and the relations of classes, political and economic, within the Brazilian State are taken into consideration. The hypothesis of the paper is that the current moment of the Brazilian capitalism is a result of the global movement of rising of authoritarianism, qualified by a modified neoliberalism, and it is manifesting itself through a new authoritarian form of domination, yet still compatible with the Brazilian plutocratic tradition. In contrast with the 1964 regime, the State of this form of authoritarianism is not able to patch the interests of the bourgeois classes up - generating an internal dispute among the different bourgeois fractions - and it has a false democratic appearance - in pretending the maintenance of "democratic institutions" -. This paper addresses, simultaneously, a recovery of the Marxist theory of State and of the history of Brazilian Marxist thought.

**key-words: democracy; State; neoliberalism; authoritarianism**

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; estudante do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (IE/CCJE/UFRJ); membro do Grupo de Estudos Florestan Fernandes. email: jjaimoleon@hotmail.com.

## **I - Introdução**

A forma política da atual fase do capitalismo, o neoliberalismo, é a democracia liberal. Conforme Hobsbawm (2011), a predominância atual desta forma de manifestação da democracia remonta ao fim da disputa ideológica e hegemônica entre E.U.A. e U.R.S.S. durante a Guerra Fria. Com a vitória estadunidense, a democracia liberal - fundada nos princípios de representatividade; da soberania dos Estados nacionais; da garantia de liberdades civis e políticas e de eleições periódicas decididas por maiorias numéricas - despontou como a única alternativa de organização política diante de regimes diferentes que, imediatamente são postos como "não-democráticos". Embora haja debate sobre a restauração neoliberal e as perspectivas para a periferia do capitalismo contemporâneo, o fato é que esta modalidade de gerenciamento das relações de classe está em crise expressa na alienação política, na erosão das liberdades civis e na emergência do autoritarismo no mundo capitalista (Ayers & Saad-Filho, 2014).

No centro do sistema, a eleição de Donald Trump nos E.U.A. e a possibilidade de candidatos de extrema direita serem eleitos na Europa ocidental num futuro iminente são exemplos deste processo. Tal movimento também se alastra à periferia. Houve o fim da chamada "onda rosa" na América Latina nos 2000, sendo no caso brasileiro, em particular, a ascensão, do impopular governo de Michel Temer, via *impeachment* contestável da presidenta anterior, a consolidação e expressão deste processo<sup>2</sup>. As acusações de não respeitar as regras democráticas e os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo de décadas de luta e de propor medidas anti-sociais são relevantes para qualquer perspectiva de democracia no país e têm reflexos sérios nas sociedades civil e política brasileiras. Conforme Boulos (2017), o governo Temer assumiu o poder com a seguinte proposta de políticas: a flexibilização das relações trabalhistas; a Emenda Constitucional com um teto para os gastos públicos e a reforma da previdência social.

Este artigo visa realizar um debate sobre a questão democrática no Brasil. Seu ponto de partida é a discussão, com destaque para a abordagem marxista, sobre o que é a democracia e para quem serve, em termos de classes sociais, na sua forma contemporânea. Para isso, serão expostas a tradição plutocrática de democracia brasileira e as perspectivas que estavam na ordem do dia no período de abertura do regime autoritário instaurada em 1964. Tal questão será balizada pela análise

---

<sup>2</sup> É importante frisar que a ascensão de Temer representa uma continuação da política econômica neoliberal de Dilma Rousseff. No máximo, a diferença entre ambos governos seria uma intensificação do arrocho sobre os trabalhadores, sobre o sistema de seguridade social (com a substituição dos serviços pela iniciativa privada) e sobre a austeridade da política fiscal. A marca que o define como um governo autoritário, e deste ponto de vista distinto aos de Dilma e de Lula, são as restrições às liberdades-civis e à Constituição, configurando um retorno ao autoritarismo com uma política econômica orientada pelos interesses de classe burgueses brasileiros, os quais são comandados pela dependência do capital internacional (Sampaio Jr., 1999; Singer, 2015; Pinto *et alli*, 2017).

das obras de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho, dois intérpretes do Brasil que privilegiam a perspectiva política de análise crítica da sociedade.

Ao expor o debate em torno do tipo de democracia existente no país e suas perspectivas no capitalismo brasileiro dependente, o artigo chega à discussão sobre as estratégias adotadas pelo principal partido, em termos de defesa da causa trabalhadora, da cena política brasileira das últimas três décadas: o Partido dos Trabalhadores (PT). Sua evolução traz semelhanças interessantes com os traços marcantes e limitantes do ciclo político do Partido Comunista do Brasil (PCB), enquanto instrumento de luta pela democracia de massas no país; com a construção da consciência dos trabalhadores da noção de "classe para si"; de classe como sujeito histórico da emancipação trabalhadora e associado a uma determinada estratégia de ação (Neves, 2016). Para isso, o trabalho aponta os fatos que afastaram o PT de suas premissas fundantes e ajudam a explicar como, num contexto internacional de retomada do pragmatismo econômico e de ascensão do autoritarismo, o Brasil se encontra hoje numa tríplice crise - de acumulação de capital; da cena política; e da relação entre bloco no poder e Estado (Pinto *et alli*, 2017) - a qual, no limite, está reinstaurando as bases autoritárias no Brasil (Iasi, 2016).

A hipótese de trabalho é que há uma nova forma de autoritarismo no Brasil, advinda da forma de manifestação da atual fase do neoliberalismo, que se diferencia do regime de 1964 por comportar uma disputa entre classes e frações de classe burgueses, internos e externos, que não estão harmonizados no interior do Estado e geram, portanto, uma crise de acumulação e de poder sem precedentes que põe em xeque a forma de democracia de cooptação desenvolvida pelo PT.

Tal crise tem paralelo com o período de debilidade interna e externa burguesa dos 1960, porém tem suas especificidades de formação-social única referentes a uma dada época e a uma determinada correlação de forças entre capital e trabalho. Além disso, as relações entre classe e frações de classe no interior do Estado são, no contexto atual, específicas. No limite, estas peculiaridades expressam a persistente dupla articulação entre segregação social e dependência externa que impedem a emancipação política e econômica do Brasil enquanto Nação (Prado Jr., 1966; Fernandes, 1975; Sampaio Jr., 1999; Paulo Netto, 2014).

O reforçamento da democracia de cooptação, possibilidade anunciada em Fernandes (1975), através da incorporação de parcela significativa dos "condenados do sistema" ao consumo de massas financeirizado<sup>3</sup> foi a opção seguida pelo PT nos anos 2000 para conciliar interesses burgueses com a base social histórica do partido, os trabalhadores. Assim foi construído e articulado, durante o governo de Lula, um grande acordo entre classes e frações de classe que se prolongou aos governos de Dilma Rousseff (Singer, 2015). A marca distintiva do governo de Dilma

---

<sup>3</sup> Para mais sobre a dinâmica das relações políticas e econômicas no interior do Estado, sob a dominância do movimento de financeirização, ver Filho & Paulani (2011).

teria sido um certo "weberianismo tacanho" de achar que poderia interferir politicamente nos acordos políticos de classe, sem alterar interesses econômicos estabelecidos. Nas avaliações de Singer (2015) e de Pinto *et alli* (2017), Dilma achou que o poder emanava do Executivo autonomizado das outras esferas de poder e que era independente das relações econômicas e políticas entre as heterogêneas classes e frações de classe no interior do Estado e pagou um alto preço político: seu *impeachment*.

A ascensão de Michel Temer foi uma manobra das burguesias dominantes de tentar restaurar e garantir os privilégios particularistas de classe burgueses. Num verdadeiro jogo político, que traz a mente as disputas descritas em "O dezoito Brumário" de Marx (1852). As diversas classes e frações burguesas se uniram compositamente para afastar Dilma; porém como os interesses burgueses não estavam bem amarrados, logo após o impedimento, foi desencadeada uma "guerra fraticida" entre os diversos segmentos burgueses: imprensa, sistema jurídico (Procuradoria Geral da União, Supremo Tribunal Federal, Parlamento), classe média e classes dominantes (Pinto *et alli*, 2017). Neste contexto a discussão da democracia volta à ordem do dia como tema eminente, principalmente porque estes conflitos incidem diretamente sobre a massa da população.

Além desta introdução, este artigo com outras seis seções. A segunda é referente à discussão sobre o conceito de democracia e para quem, em termos de classes sociais, ela serve; a terceira é sobre a específica tradição democrática brasileira; a quarta trata do consenso burguês de dominação e transformação capitalista no período da ditadura civil-militar iniciado em 1964 na interpretação de Fernandes (1975); a quinta analisa o desmonte deste consenso e as perspectivas postas à democracia no Brasil no fim daquele regime; a sexta traz a discussão sobre democracia e revolução presente em Coutinho (1979); por fim, na sétima, há as ponderações conclusivas.

## **II - Democracia e Estado como pilares das classes dominantes**

Desde o fim da Guerra Fria, os países capitalistas hegemônicos defendem as bandeiras de democracia e de liberdade como se fossem conceitos de inquestionável consenso sobre seu conteúdo qualitativo positivo. Não são, há disputa ao redor deles. É necessário frisar que a democracia de que tratam é a democracia liberal construída a partir das revoluções liberais francesa, inglesa e estadunidense a partir do século XVIII. Por ser um conceito que pode assumir distintas formas ao longo do tempo em formações-sociais distintas, a "democracia" pode ser defendida por distintas correntes de pensamento e ideologias (Hobsbawm, 2011; Malta, 2008; Ayers & Saad-Filho, 2015).

Liberais e socialistas reivindicam a democracia e a liberdade como princípios norteadores de suas visões de mundo - suas ideologias -. Conforme a reflexão de Marx & Engels (1846), as ciências sociais, incluindo a economia política e a teoria política, não são neutras,

assumem um caráter político específico em cada formação-social sob o comando das ideias das classes dominantes. Como, o período de consolidação do neoliberalismo foi o de subjulgamento de alternativas aos princípios liberais de individualismo - o "fim da História" -, a democracia e a liberdade liberais puderam se perpetuar a partir de então como a opção hegemônica.

Segundo Bobbio (1988), a democracia liberal tem seu limite máximo no formalismo do direito ao voto, voto universal masculino e feminino, que teoricamente passaria a mensagem de que cada pessoa participa da vida política de uma sociedade ao poder exercer o direito de eleger um parlamento que a represente. Em teoria, as pessoas teriam igualdade de ativismo político. Entretanto, para a perspectiva marxista, este formalismo é uma escamoteação por nunca ter permitido a efetiva participação de cada membro da sociedade civil na vida política no interior do Estado. Tal fato já tinha sido explicitado por Marx (1852) e seria melhor elaborada nas elaborações de teoria política de Gramsci (1934) e de Poulantzas (1985) com a discussão sobre classes, frações de classe, Estado e bloco no poder.

Em linhas gerais, para Poulantzas (1985) o Estado é o lugar onde se dão as diversas disputas políticas de classes e frações de classe, incluindo dominantes e dominados, em torno de interesses de classe específicos, os quais tem sua base material definidas, no limite, por interesses econômicos de classe mas que com os interesses políticos interagem de forma simultânea numa relação dialética de determinação. Ademais, em cada formação-social histórica há um determinado grupo, orbitando interesses de classe comuns, que se apresenta como hegemônico perante as outras classes e frações de classe que conformam um "bloco no poder" no interior do Estado, orientando a dinâmica política e econômica de determinada sociedade em um momento dado do tempo. Vale lembrar que as formas de dominação se dão, no geral, por meio da coerção e do consenso, sendo este último construído no "chão da fábrica", nas relações cotidianas de produção de forma educativa e via os aparelhos hegemônicos privados e hegemônicos de Estado (Gramsci, 1934).

O Estado, garantidor e organizador da acumulação capitalista, é definido como um processo e, importante, o "poder de Estado" difere de "poder de classe". Por mais que, em determinadas conjunturas, haja um determinado grupo com hegemonia ao bloco no poder, não se pode confundir, por exemplo, o Estado como um mero "comitê da burguesia" sem levar em consideração que no interior do Estado as diversas frações burguesas estão em permanente disputa. O que se pode passar é que em determinados momentos, como os de crise econômica e política burguesa, o Estado possa ser controlado a partir dos interesses da classe dominante reunida - mesmo que heterogeneamente - com vistas à manutenção do *status quo* de dominação (Fernandes, 1975; Sawaya, 2016; Pinto *et alli*, 2017).

Mais, o Estado pode ganhar certa "autonomia relativa" na medida em que o poder seja efetivamente exercido nos "centros de poder de Estado" formados por aparelhos, instâncias e órgãos

de tomadas de decisão sem subordinação burocrática direta às frações de classe dominante<sup>4</sup>. É crucial apontar, porém, que esta autonomia é relativa, pois não está dissociada do poder da classe dominante, mas sim por estes centro de poder terem a possibilidade de decisão própria dada a sua posição na luta política de classes.

Para a crítica marxista, hoje vive-se a democracia liberal, fundada na formalidade da igualdade e da liberdade liberais, que tem como pressuposto um princípio metodologicamente equivocado: a naturalização dos momentos de produção, consumo, distribuição, troca e circulação (Malta, 2008). Ao formularem o método materialista-histórico, Marx & Engels (1846) refutam esta naturalidade das relações sociais de produção e apontam que os indivíduos não são iguais, nem formalmente tampouco concretamente, pois desde que existe a propriedade privada e a garantia de existência deste tipo de instituição, as possibilidades de igualdade são eliminadas. Este fato tem implicações na vida econômica e política social, logo, também reflete determinações no interior do Estado.

Simplificadamente, para o marxismo, existem os proprietários dos meios de produção, os capitalistas, e os despossuídos/expropriados, aqueles que só podem contar com a venda da sua força de trabalho como fonte de subsistência. Assim, o pressuposto de igualdade da democracia liberal já é eliminado, pois a liberdade na qual ele é fundado - a liberdade individual privada - é falsa. A subsunção formal do trabalho ao capital, dada pela existência da propriedade privada, e a posterior subsunção real transformam a liberdade do indivíduo em dependência social (Malta, 2008).

Assim, para os autores marxistas, a noção de liberdade individual advogada pelo liberalismo é de uma liberdade limitada, pois mediada pelas trocas. Isto porque a democracia liberal pressupõe a existência de diferença social. Retomando e interpretando a epígrafe deste artigo, todos os homens são iguais, mas alguns homens (os proprietários dos meios de produção) são mais iguais que outros e estabelecem relações assimétricas de poder no interior do Estado: a relação entre dominantes e dominados, como afirmaria Gramsci (1934).

De acordo com Bobbio (1988:83), a democracia socialista (ou proletária) se opõe à democracia liberal (ou burguesa) por ao invés de propor uma democracia representativa, advoga uma democracia direta de todo o povo sem representantes e com delegados cujos mandatos estão sujeitos à revogação. Ademais, ao contrário da democracia liberal, a democracia socialista prevê participação popular, além do voto universal, na tomada de decisões econômicas. Assim, o objetivo final da democracia socialista - soberania popular com igualdade entre os homens - seria atingido por meio de uma melhor distribuição da riqueza social e superaria a aparência de igualdade formal

---

<sup>4</sup> Hoje, os centros de poder de Estado se encontram no Banco Central, no Supremo Tribunal Federal e, em especial na operação anti-corrupção da Lava Jato comandada pela "República do Paraná" (Pinto *et alli*, 2017).

entre os homens, baseada no mero direito ao voto. Na democracia liberal a igualdade dos indivíduos seria um consequência da livre tomada de decisões individuais em todos os campos da vida social, enquanto na democracia socialista a igualdade entre os indivíduos, adquirida com o fim da propriedade privada dos meios de produção e exploração de um homem por outro, é pressuposto para a liberdade.

Conforme Ayers & Saad-Filho (2015), as próprias condições que tornam a democracia liberal do neoliberalismo possível geram contradições em diversas áreas da vida social que impedem a plena realização da democracia enquanto soberania popular. Por exemplo, a democratização política liberal promove partidos políticos, organizações de comércio e grupos de interesse com interesses de horizontes limitados, por não terem um projeto de sociedade além de seus próprios interesses particularistas. Já o sistema jurídico, malgrado sua formal independência, é estabelecido para garantir a previsibilidade das "regras do jogo" democrático, porém não esconde um viés conservador orientado pelas ideias e interesses das classes dominantes.

Agora será analisado como a democracia liberal, na era do neoliberalismo emergente, se desenrolou num país de tendência autocrática de "via prussiana" como o Brasil com o fim do período de repressão civil-militar iniciado em 1964 e terminado, formalmente, em 1985.

### **III - A tradição democrática brasileira**

Em meados da década de setenta, diversos setores da sociedade brasileira cogitavam a abertura gradual do regime civil-militar instaurado em 1964 (Netto, 2014). O relaxamento, iniciado no governo Geisel (1974-1979), foi lento e se deu de forma segura para os setores das classes dominantes que capitanearam o golpe, dando novos ares à cena política, liberando gradualmente a imprensa e contendo os aparelhos repressores. Entre vários autores, Florestan Fernandes em "A revolução burguesa no Brasil" (1975) e Carlos Nelson Coutinho em "A democracia como valor universal" (1979) apresentaram interpretações sobre o regime e algumas perspectivas para a democracia brasileira com a iminente distensão.

É sabido que ambos cogitavam, num futuro não previsível mas tampouco distante, a possibilidade de transição do capitalismo ao socialismo com a abertura do regime. Isto seria consequência da forma peculiar que se desencadeava a revolução burguesa no capitalismo dependente, não de forma fatalística ou teleológica, mas era uma possibilidade que se apresentava. Florestan Fernandes alertara também uma alternativa de reforço do capitalismo de Estado, possibilidade a qual viria a ser confrontada com a ascensão neoliberal dos anos noventa no Brasil, porém com a política econômica do Partido dos Trabalhadores (PT) de 2003-2015, pôde ser retomada sem lugar a dúvidas.

Na prática, as interpretações de ambos autores foram tomadas para a formulação do que seria um projeto "democrático-popular" após o fim da ditadura e para a fundação do PT em 1980. Entretanto, interpretações e orientações equivocadas destas obras fomentaram o "presidencialismo de coalizão" que surgiria décadas depois. Conforme afirma Iasi (2016), a estratégia democrático-popular chegou ao ápice nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores e desembocou no cenário de uma nova forma de ditadura com o afastamento de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer à presidência.

Resumidamente, de um lado, na última seção de seu livro, Fernandes (1975) via o Brasil de meados da década de 1970 diante de uma dupla abertura: i) em direção a uma **democracia de cooptação** que se abriria "para baixo" com a tutela das classes subalternas pelas dominantes e ii) com o **reforço do Estado autocrático burguês**. De outro, Coutinho (1979) propôs, como uma tarefa das bandeiras que defendiam a o princípio da "democracia", uma **renovação democrática** a qual suprisse a ausência de uma autêntica revolução democrático-burguesa no país. Tal renovação teria de ter como meta a construção de uma democracia de massas fundada na "unidade da diversidade".

Ambas proposições sobre o futuro da democracia no Brasil merecem ponderações. Não houve a transição ao socialismo e o projeto democrático-popular desvirtuou suas reflexões. Entretanto, e aqui está a hipótese deste trabalho, a forma de desfecho do referido projeto serviu para retomar as proposições de que a tradição brasileira é plutocrática e assentada não só pela coerção, mas também pelo consenso entre dominantes dominados no interior das sociedades civil e política brasileiras. Ambas interpretações são ricas por identificarem o que há de específico na tradição democrática brasileira e por seguirem atuais para o entendimento do dilema diante do qual está a "democracia" brasileira, no contexto de golpe civil autoritário camuflado de legalidade jurídica, mas que se dá espaço para o conflito de diversas classes e frações de classe burguesas que ajudam a explicar as crises política e econômica pela qual passa o Brasil hoje.

Para se fazer uma avaliação da democracia como ela existe no Brasil e suas perspectivas é interessante considerar sua forma de existência na América Latina como corolário das revoluções burguesas postas em curso com os movimentos de independência nacional, conforme alertou Ianni (1988). Para o sociólogo, todos os países da região já tiveram suas revoluções burguesas, porém sem consolidar a democracia para as massas. Fazendo uma qualificação mais precisa, é mais correto afirmar a existência de uma tradição de "democracia restrita" ou democracia para poucos (plutocracia) em função de valores conservadores, caudilhescos, patrimonialistas, oligárquicos, particularistas e autoritários que são reproduzidos ao longo do tempo entre as classes e frações de classe dominantes.



Tais valores foram instaurados e reproduzidos nas ordens sociais denominadas por Fernandes (1968) de colonial e a sua sucedânea neocolonial. Nestas épocas, por definição, o conceito de nação não se aplicava ao Brasil, pois o país não passava de mera colônia da metrópole portuguesa. Com a emergência da ordem social competitiva nos começos do século XX, característica da sociedade de classes burguesa, a variável latino-americana surgiu mantendo as antigas oligarquias das ordens sociais precedentes como as classes dominantes burguesas do capitalismo dependente. O ápice desta tradição teria sido, segundo Fernandes (1975), a concretização da revolução burguesa dependente na ordem social monopolista na era do imperialismo total com as ditaduras civis-militares que se difundiram em toda região. Vale lembrar que os regimes autoritários latino-americanos<sup>5</sup> foram contemporâneos do acirramento da Guerra Fria, da experiência de Cuba e tiveram apoio estadunidense (Hobsbawm, 2011; Netto, 2014).

Para Fernandes (1975), a definição de revolução burguesa na periferia seria: "um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em qualquer circunstâncias" (FERNANDES, 1975: 343). É por isso que não se pode falar de revolução burguesa frustrada no Brasil, neste sentido a revolução burguesa foi completa em toda a América Latina. O controle das estruturas de poder foi garantido às burguesias latino-americanas (Ianni, 1988).

Octávio Ianni aponta as conexões das revoluções burguesas latino-americanas, as quais combinaram a aceleração do processo econômico com a intensificação dos problemas sociais, políticos e culturais, com a emergência de um Estado forte, autoritário e bastante vinculado com os interesses internacionais. Surge daí uma **cultura política autoritária** marcada pelo conservadorismo expressos nos lemas de "ordem e progresso"; "segurança e desenvolvimento",

---

<sup>5</sup> Poder-se-ia fazer uma interpretação da tradição autoritária brasileira como em Sérgio Buarque de Holanda em "Raízes do Brasil" (1936), que através de uma análise não materialista da história, busca aquilo que diferencia o brasileiro, em particular, e o latino-americano, em geral, de suas raízes ibéricas, a fim de apontar os traços fundantes da tradição democrática latino-americana. Dado o período em que escreveu, Holanda (1936) está analisando a democracia na região sob este prisma de algo novo nas sociedades de classe incipientes de origem ibéricas.

Para ele, no caso brasileiro a democracia no Brasil é um "lamentável mal-entendido", pois as classes dominantes (burguesas) brasileiras, rebentas das oligarquias rurais do período neocolonial, distorceram os princípios e valores das lutas burguesas europeias pela democracia liberal, adaptando-a de forma a manter seus privilégios em terras americanas. Criaram uma caricatura de democracia burguesa imposta de "cima para baixo", dos dominantes para os dominados. As transformações vistas no Brasil aliás se davam pelos intelectuais e por motivos sentimentais do "homem cordial", movido pelos motivos do coração, atingindo a massa do povo despreparada para tais mudanças.

É importante ressaltar que Holanda escrevia num período de ascensão do fascismo na Europa como crítica ao liberalismo parlamentarista e que ele próprio escrevia da Alemanha. Portanto sua tentativa era de denunciar as tendências fascistas e autoritárias da manifestação de sua forma no Brasil, o integralismo, e de apontar mudanças bruscas na sociedade brasileira que não coincidentemente tiveram a emergência de um Estado autoritário (Estado-novo em 1937) apenas um ano após a publicação de Raízes do Brasil.

Caudilhistismo e liberalismo são postos como antítese em Holanda (1936) e sua superação seria condição necessária para a concretização de "nossa revolução" proposta por Sérgio Buarque, aquela que acabaria com os traços coloniais e patriarcais em nossa sociedade. De um lado, o personalismo caudilhistico seria a base da nossa vida social. O oligarquismo seria a manifestação no tempo e no espaço daquele personalismo que foi capaz de dar a aparência de estabilidade política aparente em distintos momentos-chave de nossa história.

"paz social" e pelo elevado número de golpes e tentativas de golpes de Estado e cartas constitucionais dos países da região. Seria também característico desta cultura autoritária a afirmativa de que as mudanças propostas são sempre em prol justamente do conceito de democracia liberal - que conforme acima, serve às classes dominantes - e estão cerceadas de legalidade ou de razões que a justificam. Por fim, esta tradição é caracterizada pela transformação da questão social em questão de polícia, pois os movimentos dos setores populares da sociedade civil, por serem débeis e desorganizados, são postos como subversivos e perigosos à ordem estabelecida.

Portanto, a constatação sobre a tradição democrática brasileira é inequívoca: o país tem uma tradição democrática bem delineada de autoritarismo e plutocracismo. Pode parecer paradoxal a afirmação de uma democracia autoritária, mas como afirmado acima, a democracia assume diversas formas em contextos distintos. A qualificação mais adequada para explicar como se deu o consenso burguês de dominação de classe e transformação capitalista seria a de **democracia restrita**, tal como cunhou Fernandes (1975).

#### **IV - Consenso burguês de dominação burguesa e de transformação capitalista**

Para Fernandes (1975), o cerne da explicação da unidade entre autoritarismo e democracia no Brasil está na forma como as burguesias brasileiras e as suas frações de classe encontraram para solucionar o período de crise burguesa na ordem social monopolista e de imperialismo total durante os anos sessenta.

A relação entre dominação burguesa e transformação capitalista assumiu uma forma idiossincrática, pois ela é sempre variável, instável e mutante. De um lado, as heterogêneas classes e frações de classe burguesas se encontravam pressionadas "de fora" pelas burguesias dos países hegemônicos centrais e suas transnacionais. Por outro, a instabilidade interna gerava pressões sociais e políticas "de dentro", que embora não estivessem organizadas politicamente para realizar uma "revolução democrática", eram potencialmente pré-revolucionárias e por isso traziam medo às burguesias.

Como formulou o sociólogo, a solução burguesa para sua própria crise foi a de se reunir compositamente, como se fosse uma colcha de retalhos. As classes e frações de classe burguesas ficariam unidas por uma solidariedade assentada na defesa de seu interesse em comum: sua manutenção como classe dominante. Portanto, as burguesias e frações de classe burguesas, no contexto de capitalismo dependente marcado pela segregação social interna e dependência externa, fizeram uma opção crucial que varreu qualquer possibilidade de solução desta dupla articulação, senão a intensificou. Por um lado, se uniram ao "aliado principal" - o capital internacional - para se reproduzirem enquanto classe; para se inserir ao espaço econômico mundial mais amplamente; e para tomarem o controle de um Estado viabilizador de logros que estavam além da esfera privada

de ação burguesa. Por outro, puderam agir de forma aberta, opressora e repressora contra seu "inimigo principal" - as classes populares -. Este era o chamado "consenso burguês".

Tal acordo era dotado de uma racionalidade própria de unificação e centralização do poder destas classes e frações de classe com a transferência da arena econômica de dominação para a arena puramente política. Destarte estaria garantida a continuidade da dominação burguesa opressora, única saída viável, para as burguesias e suas frações de classe no capitalismo dependente.

É claro que tal solução só foi possível num contexto de ápice da Guerra Fria, no qual a defesa da ordem capitalista figurava como cerne das políticas em todo continente. As ideias dominantes do centro eram as das classes dominantes do país hegemônico da ordem mundial e eram importadas mimeticamente pelas classes dos países dominantes da periferia. Não é à toa que valores abstratos tais como "solidariedade do hemisfério" ou "defesa da civilização cristã ocidental" foram defendidos se sobrepondo até mesmo aos interesses de cada país em particular como Nação, como o conjunto da maioria do povo. Se tratava da submissão de interesses nacionais e, logo, da democracia como algo libertador (Fernandes, 1975; Netto, 2014).

O busílis da interpretação de Fernandes para este trabalho é o seguinte: ao assumir tal postura reacionária, as burguesias e frações de classe burguesas brasileiras abandonaram as ideologia e utopia burguesas tal como estabelecidas nos casos clássicos de revolução democrático-burguesa inglês, francês e estadunidense. Elas optaram por uma solução que reforçou o caráter de democracia restrita instaurando duas revoluções antagônicas na sociedade brasileira: uma de "aceleração do tempo histórico" que promoveu a modernização da economia, indispensável para a legitimação de sua dominação; outra de caráter contra-revolucionário, pois tornou permanente as contradições econômicas, sociais, culturais e políticas no interior da sociedade burguesa através de uma "ditadura de classe preventiva".

A dominação burguesa se manifestava então nos seus traços mais elementares e irredutíveis. Na defesa de seus interesses materiais privados e políticos particularistas, as classes dominantes assumiram sem medo formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. "O 'nacionalismo burguês' enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo" (FERNANDES, 1975: 345).

Como se não fosse o bastante, a dominação burguesa ainda foi camuflada aparentando ser coincidente com os interesses da nação (maioria do povo). Houve uma clara separação entre sociedade civil e nação e uma nítida identificação de classe burguesa com a nação. O eixo de gravitação da relação política entre as classes dominantes, os interesses nacionais e a estabilidade político-econômica foi deslocado para o interior das classes burguesas e de seu controle sobre toda a sociedade.

Todo este padrão de dominação e de transformação capitalista burgueses teria um alto preço para as classes e frações de classe burguesas. Ao se fecharem em si mesmas de forma agressiva e autoritária, diminuíram seu raio de ação e afastaram qualquer diálogo possível com as demais classes. Funcionalmente, lidaram com as manifestações de dentro da ordem, o chamado "radicalismo burguês", como se fossem manifestações contra a ordem e portanto reagiram de forma repressora até com reivindicações que vinham a partir de dentro da ordem burguesa e não visavam a mudança radical da ordem vigente. Assim, a ordem social "competitiva" burguesa assumiu a única forma possível no capitalismo dependente: aberta somente para os mais iguais, para os que se inseriam positivamente na ordem como classes possuidoras. E o fazia sob a condição de explorar as classes despossuídas e os semi-integrados à ordem.

Como já destacado, o problema com que se defrontaram as burguesias brasileiras era um problema da ordem e não de democracia. Era o desafio de como instaurar uma "oligarquia coletiva das classes possuidoras" que estava posto, procuravam como prolongar o *status* das classes historicamente dominantes na sociedade brasileira. E a solução foi implantando uma autocracia aberta, opressora e repressora que unificasse e centralizasse o poder burguês na figura de um Estado forte e núcleo de poder burguês. Historicamente encontra-se no colapso do populismo que precedeu a cristalização do poder burguês, principalmente com Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, o fracasso do radicalismo burguês e uma das condições de cristalização do poder autoritário.

Florestan Fernandes elucidou como a intensificação da dominação burguesa, fez com que aumentasse a impregnação militar e da tecnocracia no Estado como processos de preservação e consolidação da ordem, inclusive com demonstrações excessivas de força bruta. O Estado além de policial-militar, era jurídico e político e tinha como principal função eliminar a necessidade de articulação política entre as classes, pois ele mesmo determinava a ordem que deveria ser respeitada: a ordem burguesa. O Estado virou portanto uma superentidade política que centralizava os controles de dominação política, jurídica e promovia a aceleração econômica da sociedade.

Segundo Fernandes (1975), o Estado nacional virou um Estado nacional sincrético, pois na aparência ainda defendia a ordem como se fosse democrático, representativo e pluralista, mas na realidade era um verdadeiro instrumento de oligarquias autoritárias permeado de contradições. Esta era a única possibilidade num capitalismo dependente que passara por profunda crise.

## **V - O desmanche do consenso e a possibilidade de democracia de cooptação**

A própria opção pelo consenso burguês continha as sementes de sua destruição, ou pelo menos de seu debilitamento. Fernandes (1975) apontou que, definitivamente, a plutocracia compósita burguesa autoritária e repressiva seria transitória. Muito embora este acordo tenha dado às classes burguesas a possibilidade de gerir abertamente novas formas da luta de classes com um

Estado autocrático, não lhe deu autonomia "para fora" e limitou o próprio horizonte interno de solidariedade entre a burguesia e as demais classes. Os setores dominantes não tinham base material para realizar o autodesenvolvimento do Brasil e enxergavam as classes despossuídas como meros "inimigos irreconciliáveis" ou setores sociais que deviam ser tutelados. Enfim, a opção pelo consenso foi também a opção por entrar numa circularidade viciosa que só fazia aumentar a dupla articulação entre segregação social interna e dependência externa e impedia ideais realmente revolucionários de autodeterminação.

De acordo com Fernandes (1975), uma vez consolidada a democracia restrita autocrática do consenso burguês, surgiu com o milagre econômico, a forma de **democracia de cooptação**. Os heterogêneos interesses burgueses que haviam sido temporariamente abrandados pela união compósita de classe, guiados pela solidariedade de classe, poderiam voltar à cena política implicando a inevitável corrupção do sistema de poder. A cooptação ou agregação sistemática e generalizada de interesses brasileiros e estrangeiros burgueses serviu de elo facilitador para o autoprivilegiamento dos "mais iguais". Não é um autoprivilegiamento somente das classes "altas", senão também das frações médias que puderam usufruir do aparato estatal, tecnocrático e militar. Enfim, os interesses dominantes se impuseram ilimitadamente de "cima para baixo" conformando um verdadeiro "paraíso burguês".

Malgrado este cenário do auge da regeneração burguesa, as dinâmicas da emergência do capitalismo monopolista e da industrialização intensiva colocavam em conflito cada vez maior os interesses burgueses no período de "estabilidade" política dentro do regime militar dos anos setenta. Os interesses privados e estatais oriundos desta nova ordem capitalista acelerada pela revolução modernizadora colocavam em xeque a contra-revolução. Em síntese, como é característico do capitalismo, seu desenvolvimento ou aceleração econômica numa determinada formação-social acarreta a irrupção de contradições no interior da sociedade de classes, o terror das burguesias plutocráticas. É verdade que a ativação daquelas forças reprimidas era insuficiente para uma revolução socialista, mas já impunha inexoravelmente transformações na sociedade dependente. É por isso que se almejava a distensão política do regime civil-militar.

Florestan Fernandes então colocou que a tarefa burguesa naquele período de início de abertura política seria dupla, teria de criar modos novos de conectar organicamente os mecanismos de democracia de cooptação com o Estado autocrático burguês. Não se trataria de retomar uma suposta "democracia", algo que nunca teria existido, mas sim de reforçar a autocracia burguesa ampliando a cooptação "para baixo", criando novas formas de conexão com o restante da sociedade civil de maneira a camuflar o autoprivilegiamento, e estabelecendo claramente o alcance constitucional e legal do Estado autocrático. Para o sociólogo, as burguesias visavam retornar

condições seguras para o prosseguimento da ordem competitiva de antes de 1964. Com a garantia do *status quo* burguês, elas já podiam pensar na transição do regime.

O sociólogo foi preciso ao formular que as classes dominantes teriam de encontrar novas formas coercitivas estatais e que o alastramento da democracia de cooptação implicaria o beneficimamento de outras classes que não só as altas e as médias. Assim, a possibilidade de mobilidade vertical social teria duas consequências: i) aumentaria o horizonte da consciência burguesa ao converter estas classes despossuídas em possuidoras gerando protestos de "dentro da ordem"; ii) geraria uma crescente organizada de pressões "contra a ordem", uma vez que estariam expostas as contradições da sociedade de classes<sup>6</sup>.

Segundo Fernandes (1975), a democracia de cooptação aberta cobraria seu preço às classes dominantes, nos parece extremamente atual sua afirmação:

Acresce que a democracia de cooptação possui pouca eficácia e pouca "flexibilidade" em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração da riqueza e do poder deixa um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou de lealdades. Por isso, ela concorre para exarcebar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de efervescência, que mais debilitam que fortalecem o Estado autocrático, compelido a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada" (FERNANDES, 1975:424).

## **VI - Perspectivas de uma democracia de massas**

Pode-se afirmar que Coutinho (1979) tinha uma visão mais otimista para as perspectivas da democracia brasileira do que Florestan Fernandes. Mais precisamente, ele tinha mais esperança na tarefa que julgava competente às forças de esquerda no país: a luta pelo fim do regime de exceção implantado em 1964 e a implantação do socialismo. Sua obra é marcada pela forte conexão entre democracia e revolução e é fortemente influenciada pela busca de uma "terceira via" entre o socialismo stalinista e a social-democracia europeia, dado que o autor se exilara na Itália<sup>7</sup> na década de setenta.

O autor fez sua análise a partir de uma visão crítica da teoria política, a partir do arcabouço político e teórico gramsciano. Portanto, combinou a crítica da política ou das lutas no interior da superestrutura da sociedade de classes tendo como base, em última instância, a crítica da economia política determinada na luta econômica de classes<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Esta bifurcação será retomada mais a frente, pois será central para entender o ocorrido nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores.

<sup>7</sup> No seu exílio na Itália, Carlos Nelson Coutinho sofreu influência do eurocomunismo de Enrico Berlinguer, com quem teve contato, e aprofundou sua análise de democratização como caminho para o comunismo.

<sup>8</sup> Como afirma Coutinho (2011), para Gramsci, a política tem na relação "governantes x governados" todas as determinações mais simples da teoria política, assim como, para Marx, as conexões mais elementares da economia política se encontravam na conexão entre "mercadoria e valor".

A interpretação de Carlos Nelson Coutinho da tradição política brasileira não difere substancialmente da de Florestan Fernandes, da de Sérgio Buarque de Holanda ou de Octávio Ianni. Para ele o Brasil é um país de tradição antidemocrática com a variável de "democracia restrita", sendo suas transformações orientadas de "cima para baixo". Foi assim com a instauração da República Velha, com Revolução de 1930 e com o Estado Novo. Em Coutinho (1979), a especificidade brasileira seria a de combinar o capitalismo de Estado com o latifundismo e as formas imperialistas de dominação e exploração econômicas. No país, minorias determinam o rumo, o sentido e a intensidade das mudanças sociais através do que o autor chama de "via prussiana"<sup>9</sup>, exatamente este fato de a dominação política das classes dominantes orientarem o ritmo, o sentido e a intensidade das transformações sociais brasileiras. A propósito, tal forma de ação seria comum também em outras formações sociais capitalistas.

A perspectiva gramsciana do autor, o fez afirmar no final da década de setenta, em movimento de crítica ao stalinismo soviético e à social-democracia burguesa, que a passagem para a democracia socialista seria algo provável e de transição longa, necessitando a criação de "pressupostos ideológicos, econômicos e políticos" para tal. Portanto a tarefa da esquerda se tratava de uma estratégia, e não de uma tática, de pôr fim às soluções prussianas dando resposta às insuficiências da revolução burguesa no Brasil<sup>10</sup>.

Sua explicação se baseia na circunstância de o sistema capitalista, que à época recém atingira a fase monopolista de Estado, trazer inexoravelmente na sua dinâmica os fundamentos da "suprassunção" (*Aufhebung* em alemão) da democracia liberal para a democracia socialista. A transição da democracia liberal para a socialista seria, portanto, a superação dialética da democracia liberal, tal qual elaborada pelos autores liberais do século XVIII, com a incorporação de elementos novos e a negação dos elementos incompatíveis com o novo momento histórico de emancipação humana, abertura possível graças a criação incipiente daqueles "pressupostos ideológicos, econômicos e políticos".

Segundo Coutinho (1979), a democracia liberal teria como conjunto de qualidades os princípios da soberania nacional, da representatividade, da pluralidade, do direito ao voto etc. Segundo sua crítica marxista, esta democracia - a liberal - é baseada no princípio da pluralidade dos

---

<sup>9</sup> Como afirmam Martins *et alli* (2014), a preocupação de Carlos Nelson Coutinho com a especificidade histórica e estrutural brasileira data de 1972, numa obra sobre Lima Barreto, o fez formular a análise sobre via prussiana brasileira de conciliação com o atraso e comandado "pelo alto" das classes dominantes brasileiras.

<sup>10</sup> Neves (2016), em tese exegética sobre a obra de Carlos Nelson Coutinho, faz a diferenciação entre tática e estratégia tão utilizada na obra do autor baiano. Partindo da analogia já levantada por Gramsci entre política e guerra, ambas - tática e estratégia - têm como significado a ação racional visando a obtenção de um determinado objetivo final, portanto englobam a ideia de objetivo final e caminho para tal. Porém, o campo da tática se refere a ações que se tomam para lidar com situações de momento, é a teoria para lidar com os embates episódicos de classe. Já a estratégia seria uma ação planejada objetivando obter vantagens futuras ou interesses de classes ou frações de classe com respeito à dominação sobre o adversário sobre o qual se quer demarcar posição. Estes conceitos serão cruciais para explicar o que será uma estratégia democrática, algo tão caro ao PCB (Partido Comunista do Brasil) e ao PT (Partido dos Trabalhadores).

indivíduos e tenderia ao falso "equilíbrio natural" de auto-regulação pelas forças de mercado. O poder executivo, segundo advogam os defensores da democracia liberal, seria guiado por uma burocracia estatal alheia ao controle público que, supostamente, harmonizaria a sociedade. Esta burocratização estatal, ao pretender equilibrar os interesses particularistas individuais, lograria somente homogeneizar os interesses do capital. Todavia, como para o marxismo não existe teoria política livre de axiologia ideológica, a democracia liberal camufla a dominação ou hegemonia de classe burguesa sobre a sociedade civil com este mecanismo de "burocracia harmonizante".

Já a democracia socialista, segundo o Carlos Nelson Coutinho, seria fundada na participação e controle das massas e pela reversão da via prussiana de transformação social. Para ser atingida teria de ser construída por um processo de **renovação democrática** que acabasse com a alienação política - fruto do autoritarismo do regime de exceção - e com a tendência à burocratização estatal. Isto se daria pelo fortalecimento de tendências recém surgidas naquele contexto. A saber: o surgimento de novos mecanismos de democracia direta relativamente dissociados do Estado (comissões de empresa, sindicatos, associações religiosas, de bairro etc.) agregando numa unidade interesses plurais, principalmente da classe operária, de forma organizada de "baixo para cima", o que conformaria o "sujeito político coletivo"; também reforçaria as formas de democracia indireta (parlamento e cena político-partidária), de forma a constituírem uma síntese política dos sujeitos coletivos. Uma advertência é feita porém: estes mecanismos de democracia direta e indireta não poderiam resultar na burocratização proletária do Estado, pois a ideia era ter um autogoverno dos produtores associados com o fim da alienação política. O povo deveria ser visto como um conjunto e não governado por um grupo "acima da sociedade".

Para Coutinho (1979), tal processo de democratização em novas bases pressupõe a negação da falsa identidade entre "gênese e validade" da democracia. A explicação de "democracia como um valor universal de Carlos Nelson Coutinho advém do fato de o conceito de democracia, formalmente, não depender do momento e da sociedade de sua origem. As qualidades que o sistema democrático impõe na intensificação da vida política das massas seriam o que tornam a democracia "universal", valendo em distintas formações-sociais como um princípio a ser atingido. Isto teoricamente, permitiria a possibilidade de suprassunção da democracia liberal em democracia socialista. Portanto, a democracia socialista requer mais que socialização dos meios de produção, mas uma verdadeira socialização da política com a superação da antinomia entre governantes e governados, elemento fundante da política segundo Gramsci (Coutinho, 2011).

O ponto da análise propositiva de Coutinho que gerou muita polêmica foi sua crença de que as possibilidades de transformação da democracia a partir da distensão do regime civil-militar estariam, num primeiro momento, circunscritas aos limites da democracia liberal, pois o processo de renovação democrática seria lento e gradual. As raízes disso estariam no fato de a fonte da



fraqueza democrática brasileira estar na tradição de soluções prussianas, a qual aliada à marca da antidemocracia, geraria uma barreira temporária para a renovação democrática que ficaria ainda por um certo tempo sob hegemonia de monopólios nacionais e internacionais<sup>11</sup>.

Tal análise da democracia brasileira, leva Coutinho ao seguinte diagnóstico de bifurcação para a abertura que se mostrava iminente:

Embora no quadro de uma busca permanente da máxima unidade possível, é certo que se alterarão - em função das tarefas concretas - a natureza e a amplitude das alianças visadas pelas forças populares. De modo esquemático, poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e nas permanências das "regras do jogo" a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade.

E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca de unidade, nesse nível terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa, posterior para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política (COUTINHO, 1979: 45-46).

A primeira abertura, de busca de unidade das forças que buscavam o fim do regime de exceção, foi crucial para atingir o conjunto de liberdades citado para a garantia de um regime estabelecido pela Assembleia Consituinte após findado o regime civil-militar. Como afirma Neves (2016), na década de 1980 havia um compromisso sincero, independente de posição de classe, com a "democracia".

O segundo caminho, de construção de alianças que construiriam o rumo para a democracia de massas, é o que parece dispor como ponto de maior polêmica do texto. Se tanto para economia política crítica e para a teoria política crítica, com as quais o autor tanto se referencia, as contradições da sociedade capitalista estão postas nas irreconciliáveis lutas de classe, econômicas e políticas, a construção de alianças para orientar a democracia liberal para a democracia de massas seria uma tarefa cheia de dificuldades. Para Coutinho, a passagem pela agenda democrático-popular era uma necessidade para a chegada na "sociedade regulada" de Gramsci ou, simplesmente, na democracia socialista. Portanto, para o autor, a democracia é um processo (Neves, 2016).

Um dos maus usos do conceito de "democracia como valor universal" foi a apropriação por setores da esquerda que se estavam movimentando para dentro da ordem burguesa. Assim, Coutinho propôs, posteriormente, a substituição do título de seu trabalho por "democratização como

---

<sup>11</sup> Esta proposição, como será visto, será fundante do programa democrático-popular e está relacionada à não superação da estratégia de revolução nacional-democrática do PCB.

valor universal", a ideia é que a democracia ou a democratização são um caminho necessário a atingir o socialismo, pois as condições objetivas e subjetivas para emergência deste não estariam postas (Martins *et alli*, 2014).

A discussão das perspectivas sobre a democracia brasileira encontrariam materialidade no começo da década de oitenta com a criação do Partido dos Trabalhadores. A interpretação e o uso que tal partido faz desta categoria é significativa para sua ação como partido de organização política dos trabalhadores e para se entender os limites que se colocou como instrumento de transformação social emancipatório da classe trabalhadora.

## **VII - Conclusão: democracia como instrumento de acomodação à ordem burguesa**

Iasi (2013) e Neves (2016) fazem uma importante recapitulação de como a democracia foi o centro de orientações equivocadas, segundo o marxismo, para a obtenção de um autogoverno dos produtores associados. Antes de expor a maneira como PT lidou com a abertura política, eles citam as semelhanças do uso programático, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), da democracia burguesa como "campo privilegiado de luta em direção ao socialismo".

Segundo Iasi (2013), com a utilização, por parte do PCB, das orientações do VI Congresso da III Internacional comunista em 1928, uma influência problemática, e de "gravíssimas consequências políticas" para os rumos do programa democrático-nacional. Conforme Neves (2016), as orientações da Internacional Comunista se consolidariam com a estratégia democrático-nacional vigentes no Brasil desde em 1935. Seu conteúdo está explícito ainda na Declaração de Março de 1958 do PCB.

A ideia era a seguinte: havia, segundo orientações daquele Congresso, a ideia da necessidade de uma longa passagem ou etapa de transição entre o desenvolvimento capitalista dependente - de colônias e semi-colônias - em direção ao capitalismo avançado para, então, existirem condições objetivas e subjetivas rumo a transição ao socialismo. A imposição da necessidade de florescimento de condições mínimas de transição num futuro não bem definido foi o mote da intervenção da Internacional nos partidos comunistas de todo o mundo.

Como país enquadrado no perfil de capitalismo dependente, a revolução nacional-democrática do PCB se pautaria pela intensificação da democracia burguesa a fim de superar os resquícios feudais ou semifeudais que, segundo a Internacional, subsistiam aqui para, só quando consolidada esta, levantar a bandeira de uma revolução do tipo socialista. O principal proponente das teses do PCB foi Nelson Werneck Sodré e, entre outras, recebeu duras críticas de Caio Prado Júnior sobre o caráter dependente da orientação comercial do capitalismo brasileiro. Para ambas interpretações, como para todos os teóricos da revolução nacional-democrática, a formação da Nação era algo imprescindível.

Conforme apontam Iasi (2013) e Neves (2016), as teses do PCB mostravam o caminho da revolução nacional-democrática como democrático-burguesa, anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária a fim de eliminar resquícios disfuncionais ao capitalismo e, logo, a transição ao socialismo. Ao dar esta orientação de necessidade de concretização da revolução burguesa, o PCB imaginava que se "acumulariam as forças" necessárias para que estivessem postas as condições para a transição socialista. Daí a importância de uma burguesia nacional, supostamente com interesses anti-imperialistas, anti-feudais e nacionais. Assim, a tarefa do proletariado na revolução nacional-democrática seria, , em última instância, lutar pelo desenvolvimento capitalista no Brasil! Só depois, num futuro não vislumbrável, poderia pôr em marcha a mudança socialista.

Segundo Neves (2016), desta interpretação peculiar do PCB advinham dois situações problemáticas: i) a falta de percepção da especificidade das formações-sociais dependentes - que tendem a reproduzir a dependência externa e segregação social interna indefinidamente - levava a uma caracterização algo progressista e positiva do capitalismo como modernizador; ii) o acúmulo de forças necessárias ao câmbio socialista deveria vir do reforçamento do capitalismo. Estes pontos problemáticos ajudam a explicar, de acordo com Schwarz (1970), a lentidão e a letargia dos setores de esquerda no interior do PCB quando do golpe de 1964. Eles tinham certa esperança que o aparato civil-militar poderia promover esta eliminação dos entraves ao capitalismo que levaria à revolução socialista. Um erro de interpretação de proporções gigantescas que se traduziu em conciliação com os setores burgueses e dominantes da sociedade.

Esta digressão sobre a orientação dada pelo PCB à revolução nacional-democrática é importante como analogia ao papel do PT. O partido foi fundado em 1980 com a retomada da luta sindical e operária no período imediatamente posterior às teses de Florentan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho sobre o fracasso da revolução nacional-democrática e sobre os rumos da democracia brasileira. Vale lembrar que ambos autores participaram do movimento intitulado de "Nova Esquerda" de crítica aos limites do PCB e foram intelectuais ativos na criação do PT e das formulações do programa democrático-popular.

Como explorado por Iasi (2013), o PT surgiu tentando se diferenciar do PCB negando sua estratégia revolucionária e tentando estabelecer uma linha programática própria. Já no seu V Encontro Nacional em 1987, os dirigentes do PT deixam claro que, nas suas formulações, descartariam o caráter nacional, indicando que a aliança com a burguesia brasileira seria espúria na medida em que em nada contribuiria para o atingimento da meta final do partido, a introdução do socialismo.

Em Iasi (2012), fica claro como as proposições iniciais do PT eram superficiais. Em 1986, no seu IV Encontro, os participantes do partido tinham delineado sua visão sobre a meta socialista. Isto era pura fraseologia pois, conforme lembra Neves (2016), a formulação de meta

socialista também existia no PCB e, até mesmo, na proposta da social-democracia europeia (pelo menos até 1959). Outro aspecto desta superficialidade é a existência de uma diagnóstico da necessidade do acúmulo de forças (a expressão é a mesma usada pelo PCB) para atrair e não afastar pequenos setores médios, a pequena burguesia urbana e rural. Portanto, a estratégia do PT estava desde o seu surgimento embrenhada de permanências com a estratégia do PCB, dentre as quais a mais explícita é justamente a teoria da etapa nacional e democrática com acúmulo de forças com outras classes para realizar a "transição para a transição".

Neves (2016: 484) portanto chega a formular:

O que importa aqui, é que o pressuposto é o mesmo, e inscreve-se num marco fundamental que, uma vez atravessado - tão cedo como 1986 - permitiu que o PT viesse a reproduzir, ao longo de todo o desenvolvimento posterior de sua estratégia para a revolução brasileira, o mesmo elemento fundamental a informar o limite da estratégia do PCB e, com ele, sua dificuldade de servir de fato como base teórica para uma armação política coerente com a transição socialista: *esse pressuposto é a necessidade de se desenvolver o capitalismo para que se pudesse transitar ao socialismo.*

A estratégia democrático-popular levou o PT cada vez mais perto dos setores burgueses da sociedade em prol do acúmulo de forças necessário, segundo sua formulação de 1986, para a transição ao socialismo. Acontece que o quadro de classe mobilizada e em avanço nos anos pós ditadura encetou as possibilidades de ganhar espaços e posições no interior executivo do Estado burguês. Todavia, esta tomada de posições nunca foi passível, segundo o núcleo administrativo do partido, de dar início as transformações socialistas estabelecidas como meta final na formulação inicial do PT. Igual aos anos de PCB e sua revolução nacional-democrática, as condições para a mudança foram sempre consideradas insuficientes pelo PT. Longe de estarem amadurecidas, era sempre necessário a intensificação na "guerra de posição" no interior do Estado burguês.

Assim que possível, o partido viu a necessidade de governar e isto, no Estado e sociedade burgueses, só foi possível para um partido como o PT com alianças, então o "presidencialismo de coalizão" passou a ser defendido em prol da governabilidade em si mesma e não tendo o objetivo final como horizonte de chegada. A estratégia de ação do PT, portanto, foi de atingir novas formas de manter o *status quo* sem abrir mão do programa originário, mas sem perspectiva nenhuma de cumpri-lo. O PT chegou ao poder em 2003 e ficou até 2016.

Iasi (2013: 33) nos remete a Florestan Fernandes quando afirma precisamente:

A situação real de governo apenas aprofunda a contradição. As alianças necessárias para ganhar não são suficientes para governar e se ampliam para além do centro, para a direita do espectro político. Segue-se nova moderação programática e finalmente a rendição ao pragmatismo.

As alianças e programa se mostram, dessa forma, secundários em relação ao acúmulo de forças. A mediação democrática é mais essencial que seu caráter popular. Não por acaso, nas formulações o termo forte passa a ser "uma revolução democrática", caindo para segundo plano o qualificativo popular.

A proximidade da estratégia democrática-popular do PT com a estratégia nacional-democrática do PCB se dá pelo fato de ambas perceberem insuficiências no capitalismo brasileiro, em sua infraestrutura e super-estrutura, que fazem com que seja necessária a intensificação da democracia burguesa para qualquer pretensão de câmbio socialista. Acontece, porém, que pode-se resgatar a proposição de Fernandes (1975) de que o Brasil estava diante de uma abertura de democracia de cooptação com intensificação da autocracia burguesa. A estratégia do PT nada mais foi do que se acomodar aos marcos da democracia burguesa cooptando os setores médios e altos, o que garantiu os patamares de acumulação de capitais - enquanto a crise mundial não se fazia sentir tão intensamente por aqui dado o "efeito China" - e a domesticação das classes tuteladas com emprego, com consumo de massas e com programas assistenciais de transferência de renda. Os mecanismos para a "democracia de cooptação com abertura para baixo" de que alertara Florestan Fernandes foram postos em prática de forma a reproduzir a tutela dos dominantes sobre os dominados.

O reforço da autocracia burguesa também parece ter sido um acerto do sociólogo brasileiro, pelo menos no período de governo do PT. E como previra o sociólogo em citação referida acima, a democracia de cooptação instaurou a instabilidade neste Estado, numa "tensão permanente e autodestrutiva de silenciosa paz armada".

De acordo com Iasi (2016), a saída encontrada no Brasil foi a de um longo processo de conciliação de classes. O contexto atual de governo de Michel Temer, segundo o autor, é de nova ditadura. Porém não naquela forma civil-militar da contra-revolução preventiva com Estado de exceção, senão um novo tipo cercado de legalidade jurídica e com a aparência de possibilidades de alternância política como se o Estado de Direito estivesse preservado.

Para afirmar a existência deste novo modelo de ditadura, Mauro Iasi se utiliza do arcabouço gramsciano de combinação entre coerção e consentimento. Segundo o autor, o momento de crise não é único ao Brasil. Está no centro capitalista e na sua periferia se traduzindo em barbárie, negando a possibilidade dos meios de consenso atuarem efetivamente. A relação entre forma de Estado e conteúdo de Estado se torna obscura no Estado burguês encobrendo graus distintos de autoritarismo, de representatividade e de violência. Sem, entretanto, poder esconder sua substância de classe.

Iasi (2016) levanta um ponto interessante quando afirma que a derrota do PT, com o golpe de 2015-2016, representa uma instabilidade nova na ordem. Não por contestações "de fora da ordem", mas sim por ter intestinamente uma convulsão de interesses díspares disputando o núcleo da dominação burguesa. Isto é, portanto, um ponto de diferença da interpretação de Fernandes (1975) para o golpe de 1964. Pode-se afirmar que agora, segundo Mauro Iasi, as burguesias não estão num momento de consenso burguês de solidariedade classes e que isto ainda gerará instabilidades imprevisíveis na política, economia e sociedade brasileiras. Esta mesma hipótese é defendida em Pinto *et alli* (2017) ao afirmarem que a atual crise de acumulação e de poder burguesas está se manifestando numa espécie de guerra fratricida pelas frações de classe burguesas no interior do Estado. De fato, a democracia de cooptação com corrupção intrínseca e abertura para baixo chegou a um ponto de inflexão, se é um ponto de esgotamento ainda não se sabe. Hoje o uso do aparato judiciário-legal é o instrumento de ordem do Estado e substância do capital correspondente a tecnocracia militar do regime de 1964.

Como destacaram Hobsbawm (2011) e Iasi (2016), o contexto brasileiro atual é de perspectiva de transformação socialista esvaziada. O fim da Guerra Fria com a queda do muro de Berlim selou, por ora, a derrota das alternativas ao capitalismo estadunidense como força hegemônica mundial. A crise burguesa se manifesta novamente: no centro se manifesta economicamente com a retomada clara de hegemonia estadunidense na figura idiossincrática de Trump e as possibilidades de governos de extrema direita na Europa ocidental, dada sua crise econômica; socialmente com toda discussão acerca dos imigrantes ilegais nos E.U.A.; politicamente com os refugiados políticos de países em guerra tentando asilo na Europa.

Na periferia, a crise burguesa também se manifesta. Porém, através da barbárie: são várias as guerras- civis, frutos da maneira como os E.U.A. lidou com a guerra ao terror no começo deste milênio, afligem o Oriente Médio; há guerras-civis e crises econômicas na África, a retomada do neoliberalismo varreu a "onda rosa" na América Latina e a substituiu por uma série de governos de direita e autoritários como no Brasil etc. A impressão é que o neoliberalismo dos tempos atuais é autoritário e, por isso, restringe ainda mais as possibilidades de democracia de massas no mundo.

Basta afirmar que as perspectivas para a "democracia brasileira" são circunscritas por este cenário de crise burguesa mundial e de ascensão do autoritarismo, uma vez mais. As teses de Florestan Fernandes e de Carlos Nelson Coutinho ajudam a entender a tradição autoritária brasileira ainda vigente e sua conexão com as perspectivas democráticas no atual período de crise de poder e de acumulação<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Muito embora tenham se equivocado acerca de algumas afirmações, ambos tiveram tempo de ver os rumos tomados pelo PT e não exitaram em se distanciar do partido.

## Referências Bibliográficas

- AYERS, Alison & SAAD-FILHO, Alfredo. **Democracy against neoliberalism: paradoxes, limitations, transcendence.** In *Critical Sociology*. 2014.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia.** Editora Brasiliense. São Paulo. 1988 [2000].
- BOULOS, Guilherme. **Ofensiva conservadora, condução estratégica: o duplo desafio da esquerda brasileira.** In *Le monde diplomatique Brasil*. 2017.
- COUTINHO, Carlos. **A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil.** 1979.
- \_\_\_\_\_. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política.** Boitempo editorial. 2011.
- FERNANDES, Florestan. \_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1968 [1981].
- \_\_\_\_\_. **A revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação Sociológica.** São Paulo. Editora Globo. 1975 [2011].
- FILHO, Niemeyer & PAULANI, Leda. **Regulação social e acumulação por espoliação - reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo.** In *Economia e sociedade*. V.20. Campinas. 2011.
- GRAMSCI, Antonio. **Cardenos do Cárcere.** V.3 e V.4. 1934 [2006]
- HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** Companhia das letras. 2011.
- HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil.** Companhia das letras. São Paulo. 1936 [1995].
- IANNI, Octávio. **As raízes da anti-democracia na América Latina.** In *Lua Nova*. N. 14. São Paulo. 1988.
- IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe.** Expressão Popular. 2012.
- \_\_\_\_\_. **O PT e a revolução burguesa no Brasil.** Marília. Editora Unesp. 2013.
- \_\_\_\_\_. **O caminho da ditadura.** Texto publicado no *blog* da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/24/o-caminho-da-ditadura/>. Acessado em 08/12/2016. 2016.
- JINKINGS Ivana *et alli* (organizadores). **Por que gritamos golpe?** Boitempo editorial. São Paulo. 2016.
- MALTA, Maria. **Liberdade e democracia: agenda socialista ou liberal?** Texto apresentado na IV Conferencia Internacional "*La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI*". Cuba. 2008.
- MARTINS, Caio *et alli*. **A "estratégica democrática e popular" e um inventário da esquerda revolucionária.** In *Marx e o marxismo*. V. 2. N.3. 2014.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Boitempo. 1852 [2011].

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** 1846 [2007].

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** Cortez Editora. 2014.

NEVES, Victor. **Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho.** Tese de doutoramento. Rio de Janeiro. UFRJ. Escola de Serviço Social. 2016.

PINTO, Eduardo *et alli*. **A guerra de todos contra todos: a crise brasileira.** Texto para discussão 006/2017. Instituto de Economia da UFRJ. Grupo de Análise Marxista Aplicada. Rio de Janeiro. 2017.

POULANTZAS, Nico. **O Estado, o poder, o socialismo.** Graal. Riode Janeiro. 1985.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira.** Brasiliense. São Paulo. 1966 [2004].

SAAD-FILHO, Alfredo. **Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?** *In* Crítica e Sociedade: revista de cultura política. V.1. N.3. Edição especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo. 2011.

SAMPAIO JR., Plínio. **Entre a nação bárbarie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan e Celso Furtado.** Editora Vozes. Petrópolis. 1999.

SAWAYA, Rubens. **Dependência e subordinação: capital transnacional nas estruturas do Estado.** Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Economia Política. São Bernardo do Campo. 2016.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política, 1964-1969.** *In:* O pai de família e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras. 1970 [2008].

SINGER, André. **Cutucando a onça com vara curta.** *In* Novos Estudos. N.102. 2015.